Setembro

Educação Legal

Este documento reúne, de forma organizada, as principais leis, portarias, decretos e normativas publicadas no mês. O objetivo é fornecer um panorama atualizado das alterações legislativas e regulamentares, facilitando a consulta e o acompanhamento das mudanças que impactam diretamente o setor.

Sumário

01. Atualizações Legislativas/ Atos Normativos e Decisões
02. Notícias Educacionais
03. Atuação MPMG
04. Para conhecimento
05. Guias para Atuação
06. Informações Técnico-Jurídicas
07. PGA e Metas do CNMP para a Educação
08. Agenda

MPMG Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Atualizações Legislativas/ Atos Normativos e Decisões

PORTARIA MEC Nº 714, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026

Define competências, prazos e os mecanismos de transparência relativos às informações sobre as matrículas do Censo Escolar da Educação Básica consideradas para fins de cômputo do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb.

SAIBA MAIS

PORTARIA MEC Nº 734, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

Institui a Política Nacional de Educação Ambiental Escolar - PNEAE.

SAIBA MAIS

LEI FEDERAL Nº 15.512, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas para a efetivação, com absoluta prioridade, do direito da criança e do adolescente à natureza; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009

SAIBA MAIS

LEI FEDERAL Nº 15.518, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

Institui o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid).

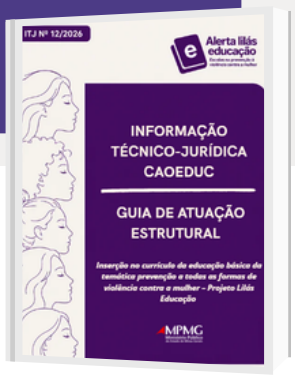
SAIBA MAIS

LEI FEDERAL Nº 15.519, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre o exercício da atividade de psicopedagogia.

SAIBA MAIS

NOVIDADE



ALERTA LILÁS EDUCAÇÃO DISPONIBILIZA NOVO GUIA DE ATUAÇÃO ESTRUTURAL PARA APOIAR A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE EQUIDADE NAS ESCOLAS

O Projeto Alerta Lilás Educação, desenvolvido pelo Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa da Educação (CAOEDUC), em parceria com o Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (CAOVD), disponibilizou uma nova versão do Guia de Atuação Estrutural e dos materiais de apoio destinados às Promotorias de Justiça. A iniciativa busca fortalecer a atuação ministerial voltada à implementação de políticas públicas permanentes de prevenção e enfrentamento da violência contra meninas e mulheres no ambiente escolar.

A atualização dos materiais está alinhada aos objetivos do Projeto Alerta Lilás Educação, que busca promover a inserção da temática da prevenção da violência contra a mulher nos currículos e práticas pedagógicas das instituições de ensino, reconhecendo a escola como espaço estratégico para a formação de valores, a promoção da igualdade e a construção de uma cultura de respeito e não violência.
Mais do que um conjunto de modelos e orientações, o novo kit de atuação foi concebido para apoiar a indução de processos estruturantes, capazes de promover mudanças permanentes nos sistemas de ensino. O material parte da premissa de que a efetivação da legislação não se esgota na realização de ações pontuais ou eventos isolados, exigindo a incorporação contínua e transversal da temática nos currículos escolares, no planejamento pedagógico, na formação de educadores e nos instrumentos de gestão educacional.

O guia reúne fundamentos jurídicos, orientações técnicas e sugestões de estratégias para atuação das Promotorias de Justiça, contemplando medidas como instauração de procedimentos administrativos, requisição de informações, expedição de recomendações, monitoramento das ações implementadas pelas redes de ensino, capacitação de educadores, fortalecimento da rede de proteção e articulação interinstitucional. O material também apresenta modelos de documentos e instrumentos destinados a facilitar a implementação das ações propostas.

Um dos diferenciais da nova publicação é a adoção de uma perspectiva resolutiva e estruturante. Além da fiscalização do cumprimento das normas legais, o material oferece caminhos para que o Ministério Público atue na construção de soluções permanentes junto às redes de ensino, apoiando a inclusão da temática da prevenção da violência contra a mulher nos currículos escolares, a elaboração de protocolos de atuação e a inserção de metas relacionadas à equidade e à cultura de paz nos instrumentos de planejamento educacional.

O conteúdo também dialoga com marcos normativos, especialmente a Lei nº 14.164/2021, que determinou a inclusão permanente de conteúdos relativos à prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e com as diretrizes do novo Plano Nacional de Educação, que reforçam a promoção da cultura de paz e a prevenção das diversas formas de violência no ambiente escolar.

Os materiais atualizados já foram encaminhados às Promotorias de Justiça e encontram-se disponíveis na página do CAOEDUC na intranet, permitindo que membros e servidores tenham acesso aos instrumentos desenvolvidos para apoiar a implementação do Projeto Alerta Lilás Educação em todo o Estado.

SAIBA MAIS

MPMG
Ministério Público
do Estado de Minas Gerais

NOVIDADE



CAOEDUC DISPONIBILIZA GUIA DE ATUAÇÃO E MATERIAIS DE APOIO PARA SUBSIDIAR A DEFESA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA

O Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa da Educação (CAOEDUC) disponibilizou às Promotorias de Justiça o **Guia de Atuação Educação Especial para Estudantes com Deficiência** e um conjunto de materiais de apoio voltados à atuação ministerial na defesa do direito à educação inclusiva. A iniciativa integra as ações desenvolvidas para apoiar o acompanhamento das políticas públicas destinadas aos estudantes público-alvo da educação especial, reunindo referências técnicas e jurídicas atualizadas, com caráter orientativo e respeito à independência funcional.

A disponibilização do material complementa os esforços institucionais já iniciados com a publicação da edição especial da **revista MPMG Jurídico dedicada à temática da Educação Especial Inclusiva** e busca oferecer instrumentos práticos para subsidiar a atuação das Promotorias de Justiça diante de situações de ameaça ou lesão aos direitos educacionais das pessoas com deficiência.

Mais do que um conjunto de modelos e orientações, o kit de atuação foi concebido para auxiliar as Promotorias de Justiça na **identificação e no enfrentamento de situações que comprometam o direito à educação inclusiva**. O material reúne referências normativas, orientações técnicas e sugestões de providências para a atuação individual e coletiva, partindo da premissa de que a solução do caso concreto pode coexistir com medidas voltadas à correção de falhas sistêmicas nas políticas públicas educacionais.

O Guia apresenta orientações para a análise de temas frequentemente enfrentados pelas Promotorias de Justiça, incluindo a elaboração do Estudo de Caso, do Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) e do Plano Educacional Individualizado (PEI/PDI), a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), a acessibilidade curricular, a disponibilização de profissionais de apoio escolar, intérpretes de Libras, guias-intérpretes e professores especializados, além da articulação entre educação, saúde, assistência social e demais integrantes da rede de proteção.

Um dos diferenciais do material é a apresentação de orientações organizadas em duas frentes complementares de atuação: **a atuação voltada à solução do caso concreto e a atuação coletiva ou estruturante, destinada à identificação e correção de problemas sistêmicos nas redes de ensino.**

O kit contempla ainda modelos de documentos e materiais complementares destinados a apoiar a instrução de procedimentos, a realização de diligências, a expedição de recomendações e a construção de soluções consensuais voltadas à efetivação do direito à educação inclusiva.

A iniciativa reflete a crescente relevância da educação especial inclusiva na atuação ministerial. Embora importantes avanços tenham sido alcançados nas últimas décadas, persistem desafios relacionados à eliminação de barreiras, à oferta adequada do atendimento educacional especializado, à acessibilidade pedagógica e à garantia das condições necessárias para a participação plena dos estudantes com deficiência em todas as etapas da educação básica.

Os materiais encontram-se disponíveis para consulta na página do CAOEDUC na intranet, permitindo que membros e servidores tenham acesso aos instrumentos desenvolvidos para apoiar a defesa de uma educação que reconheça a diversidade, promova a inclusão e assegure oportunidades efetivas de aprendizagem, participação e desenvolvimento a todos os estudantes.

SAIBA MAIS

MPMG
Ministério Público
do Estado de Minas Gerais

NOVIDADE

MPMG ADERE AO GAEPE-MINAS E PASSA A INTEGRAR GOVERNANÇA VOLTADA AO FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

O Ministério Público de Minas Gerais formalizou sua adesão ao Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação em Minas Gerais (GAEPE-Minas), iniciativa de governança colaborativa que reúne instituições públicas, órgãos de controle, sistema de justiça, gestores educacionais, conselhos e representantes da sociedade civil com o objetivo de construir soluções conjuntas para os desafios da educação pública mineira. A representação institucional do MPMG no âmbito da governança será exercida pelo Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa da Educação (CAOEDUC).

A adesão foi formalizada mediante assinatura do Termo de Adesão pelo Procurador-Geral de Justiça, Paulo de Tarso Morais Filho, incorporando o MPMG ao Pacto Interinstitucional pela Educação em Minas Gerais, documento que estabelece compromissos de cooperação, compartilhamento de conhecimentos, participação em debates técnicos e desenvolvimento de ações voltadas ao aprimoramento das políticas educacionais no Estado.

Idealizado pelo Instituto Articule, em cooperação com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e o Instituto Rui Barbosa (IRB), o GAEPE-Minas foi implantado em parceria com o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG) e segue metodologia já adotada em outras unidades da Federação e em âmbito nacional. O modelo busca promover um espaço permanente de diálogo, articulação e construção de consensos entre instituições que atuam, sob diferentes perspectivas, na garantia do direito à educação.

A participação do MPMG decorre da compreensão de que muitos dos desafios educacionais enfrentados pelos municípios e pelo Estado exigem atuação coordenada e soluções construídas de forma colaborativa. Conforme destacado pelo CAOEDUC no processo de adesão, a integração à governança está alinhada à missão institucional de defesa do direito fundamental à educação e aos esforços voltados à construção de respostas estruturantes para questões relacionadas ao acesso, à permanência, à equidade e à qualidade da educação.

Um dos principais diferenciais do GAEPE-Minas é seu caráter horizontal e não hierarquizado. As instituições participantes atuam de forma colaborativa, preservando suas competências e autonomias constitucionais, mas compartilhando informações, experiências e perspectivas para identificar obstáculos, construir entendimentos e formular estratégias capazes de aumentar a efetividade das políticas públicas educacionais.

Desde sua instalação, a governança já definiu os temas prioritários que orientarão os trabalhos ao longo de seu primeiro ciclo de atuação: formação, valorização e condições de trabalho dos profissionais da educação; gestão, planejamento e financiamento da educação; educação infantil e primeira infância; e educação especial inclusiva. As pautas foram definidas coletivamente pelos integrantes do GAEPE-Minas e dialogam diretamente com temas que integram a agenda estratégica de atuação do CAOEDUC.

A adesão do MPMG também amplia as possibilidades de cooperação institucional em torno da produção de diagnósticos, estudos, recomendações e ações voltadas ao fortalecimento da gestão educacional. Além disso, permite o acompanhamento próximo das discussões e encaminhamentos relacionados às principais demandas educacionais de Minas Gerais, favorecendo uma atuação preventiva, resolutiva e baseada em evidências.

Ao integrar o GAEPE-Minas, o Ministério Público de Minas Gerais reforça seu compromisso com a construção de soluções dialogadas para os desafios da educação pública, contribuindo para o fortalecimento da cooperação interinstitucional e para a promoção de políticas educacionais mais efetivas, equitativas e alinhadas às necessidades dos estudantes mineiros.

Notícias de interesse da Educação

USP E IFB OFERECEM 3.500 VAGAS EM CURSOS GRATUITOS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA PROFESSORES

Professores, educadores e profissionais interessados em tecnologia na educação podem aproveitar uma oportunidade gratuita oferecida pela Universidade de São Paulo (USP) e pelo Instituto Federal de Brasília (IFB).

SAIBA MAIS

MEC disponibiliza painel com dados do Ideb para análise da aprendizagem

Ferramenta do Brasil Aprende+ reúne informações sobre notas, trajetória, níveis de proficiência de municípios e escolas de todo o país e grau de prioridade de cada unidade no território, para apoiar a análise de desempenho

SAIBA MAIS

Mais crianças na escola, mas aprendizagem ainda é desafio

Apesar dos avanços no número de matrículas, dados do anuário 2026, divulgados ontem, reforçam que as desigualdades sociais e étnico-raciais começam muito cedo no país

SAIBA MAIS

No Brasil, jovens entram no ensino médio, mas 1 em cada 5 não conclui a etapa

20% dos novos ingressantes não concluem a etapa e não permanecem matriculados até dois anos após o tempo previsto; na média dos países analisados pela OCDE, são 12%.

SAIBA MAIS

Instituída Política Nacional de Educação Ambiental Escolar

Portaria estabelece diretrizes para a educação ambiental na educação básica, com ações de prevenção, mitigação e adaptação às mudanças climáticas

SAIBA MAIS

EVENTOS



MORADORES EDUCAÇÃO ENCERRA TRAJETÓRIA MARCADA PELA VALORIZAÇÃO DA MEMÓRIA, DO PERTENCIMENTO E DA IDENTIDADE DAS ESCOLAS PÚBLICAS MINEIRAS



O Projeto Moradores | Educação - Escolas Memórias e Pertencimento concluiu, em setembro de 2026, uma trajetória de dois anos dedicada à valorização das escolas públicas como espaços de memória, convivência, pertencimento e formação cidadã. A iniciativa foi desenvolvida pelo Centro de Intercâmbio e Referência Cultural (CIRC) e pela Nitro Histórias Visuais, com apoio institucional do Ministério Público de Minas Gerais, por intermédio do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa da Educação (CAOEDUC), em parceria com a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) e financiamento por meio de projeto aprovado na Plataforma Semente.



Inspirado na metodologia do projeto Moradores – A Humanidade do Patrimônio, criado para registrar histórias e fortalecer vínculos entre pessoas e seus territórios, o Moradores Educação partiu de uma premissa simples e poderosa: as escolas são muito mais do que locais de ensino. São espaços onde se constroem identidades, relações, memórias e projetos de vida. A partir dessa compreensão, o projeto buscou fortalecer o vínculo entre estudantes, professores, servidores, ex-alunos, familiares e comunidades com suas respectivas instituições de ensino, promovendo sua valorização como patrimônio coletivo.

Ao longo de sua execução, a iniciativa percorreu **oito escolas da rede pública estadual** localizadas em diferentes regiões de Minas Gerais:



- Escola Estadual Professor Morais, em Belo Horizonte;
- Escola Estadual Sebastião Patrus de Souza, em Juiz de Fora;
- Escola Estadual Dr. João Eugênio de Almeida, em Poços de Caldas;
- Escola Estadual Minas Gerais, em Uberaba;
- Escola Estadual Sagrada Família, em Governador Valadares;
- Escola Estadual Professor Patrício Ferreira Gomes, em Teófilo Otoni;
- Escola Estadual Monsenhor Florisval Montalvão, em Januária;
- Escola Estadual Indígena Bukimuju, em São João das Missões.

A diversidade das escolas participantes permitiu contemplar contextos urbanos, periféricos, indígenas e realidades regionais distintas, ampliando a representatividade dos registros produzidos pelo projeto.

O projeto foi estruturado em etapas que combinaram **memória social, educação patrimonial, produção cultural e protagonismo estudantil**. As atividades envolveram oficinas de educação patrimonial e tecnologia social da memória, capacitação de estudantes em fotografia, audiovisual e documentação de histórias, coleta de depoimentos de alunos, ex-alunos, professores, servidores e moradores do entorno, produção de documentários, realização de exposições fotográficas em grande formato, elaboração de catálogos de histórias e disponibilização dos conteúdos em plataforma digital aberta ao público.

EVENTOS

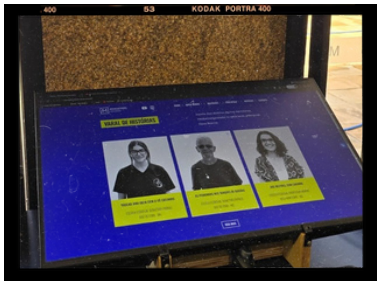


MORADORES EDUCAÇÃO ENCERRA TRAJETÓRIA MARCADA PELA VALORIZAÇÃO DA MEMÓRIA, DO PERTENCIMENTO E DA IDENTIDADE DAS ESCOLAS PÚBLICAS MINEIRAS

Um dos aspectos mais relevantes da iniciativa foi o protagonismo conferido aos estudantes, que deixaram de ser apenas participantes das atividades para assumir papel ativo na documentação e preservação das memórias de suas escolas. Ao longo do percurso, os jovens receberam formação em linguagem audiovisual, fotografia e técnicas de registro histórico, desenvolvendo competências criativas e fortalecendo sua relação com a comunidade escolar.

Os resultados alcançados evidenciam a dimensão e o impacto da iniciativa. O projeto contemplou oito escolas públicas estaduais,impactou mais de 3.000 pessoas, registrou 1.047 histórias, promoveu 16 oficinas culturais, formou 157 estudantes em audiovisual e documentação de memórias e contou com a participação de 384 professores em atividades formativas e consultorias. Além disso, produziu exposições fotográficas, documentários, catálogos de histórias e uma plataforma digital pública que reúne os conteúdos desenvolvidos ao longo do projeto: https://moradoreseducacao.com.br/





Mais do que números, entretanto, os resultados revelam o fortalecimento dos vínculos entre escolas e comunidades. Ao incentivar a escuta, o diálogo entre gerações e a valorização das experiências compartilhadas, o projeto contribuiu para a construção de ambientes escolares mais acolhedores e colaborativos, fortalecendo fatores diretamente relacionados à melhoria do clima escolar e à promoção de uma cultura de paz.

A trajetória da iniciativa foi celebrada em solenidade realizada na Procuradoria-Geral de Justiça, em Belo Horizonte, que marcou o encerramento da exposição final do projeto. O evento reuniu representantes do MPMG, da SEE/MG, da equipe executora e das comunidades escolares participantes. Na ocasião, foram destacados os resultados alcançados e o legado construído ao longo da execução das atividades.



Segundo os participantes, o encerramento representou não apenas a conclusão de um projeto, mas a consolidação de um patrimônio de histórias, memórias e pertencimento construído coletivamente. Ao reconhecer as escolas públicas como espaços vivos de produção cultural, memória e cidadania, o Moradores Educação deixa como legado um amplo acervo documental e, sobretudo, o fortalecimento dos vínculos entre pessoas e instituições que desempenham papel fundamental na formação das novas gerações.

PARA CONHECIMENTO

Promovendo a Saúde Mental no Ambiente Escolar: Ferramentas e Práticas Preventivas

O Curso "Promovendo a Saúde Mental no Ambiente Escolar: ferramentas e práticas preventivas", que tem como objetivo fomentar a promoção da saúde mental no ambiente escolar, por meio de estratégias que propiciam o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e o gerenciamento do uso de tecnologias, com crianças e adolescentes.

O curso faz parte da Assessoria Técnica e Pedagógica das Redes Estaduais de Educação, uma iniciativa da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, sob liderança da Agência de Educação Digital e a Distância da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e alinhado à Estratégia Nacional de Escola Conectadas - ENEC e à Política Nacional de Educação Digital - PNED.

O curso pode ser acessado no link abaixo:

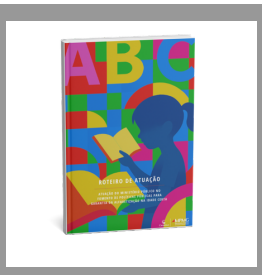
SAIBA MAIS



MPMG
Ministério Público
do Estado de Minas Gerais

GUIAS PARA ATUAÇÃO

Material produzido pelo CAOEDUC para auxiliar as Promotorias de Justiça na instrução de procedimentos e solução de demandas



Alfabetização na Idade Certa

LEIA AQUI



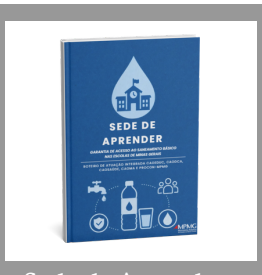
TDAH

LEIA AQUI



Segurança em Estabelecimentos de Ensino

LEIA AQUI



Sede de Aprender - Saneamento Básico em Escolas- (ATUALIZADO em 2026)

LEIA AQUI



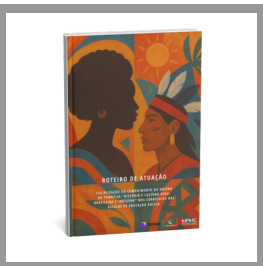
Crescer Juntos: creches e oportunidades

LEIA AQUI



Escolas Cívico-Militares

LEIA AQUI



História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena

LEIA AQUI



Educação na Prevenção a Todas as Formas de Violência Contra a Mulher

LEIA AQUI



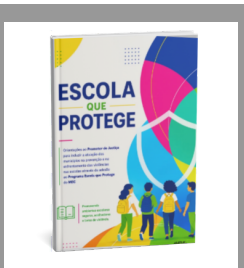
Evasão Escolar

LEIA AQUI



VAAR (NOVIDADE)

LEIA AQUI



Guia Prático: Escola que Protege

LEIA AQUI

MPMG
Ministério Público
do Estado de Minas Gerais

INFORMAÇÕES TÉCNICO-JURÍDICAS

Material produzido pelo CAOEDUC para contribuir com o conhecimento sobre matérias específicas na área da educação



TDAH e TOD

LEIA AQUI



Transtornos de Aprendizagem

LEIA AQUI



Educação Laica

LEIA AQUI



Uso de Aparelhos Eletrônicos Portáteis

LEIA AQUI



TEA

LEIA AQUI



Evasão Escolar

LEIA AQUI



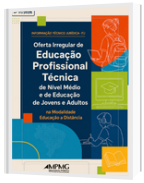
Financiamento da Educação (ATUALIZADO)

LEIA AQUI



Precatórios FUNDEF-FUNDEB (NOVIDADE)

LEIA AQUI



EJA (NOVIDADE)

LEIA AQUI



Recebimento de precatórios (NOVIDADE)

LEIA AQUI



Prevenção a violência contra a mulher (NOVIDADE)

LEIA AQUI



Garantia do Direito á Educação Inclusiva (NOVIDADE)

LEIA AQUI

MPMG
Ministério Público
do Estado de Minas Gerais